



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos três dias do mês de julho, do ano dois mil e dezessete, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; Secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Quarta (4ª) Sessão Extraordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 4 (quatro), de 2017, de Sessão Extraordinária. Às 23 horas, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e, Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da já citada Resolução, convidou o Vereador Alexandre Cintra,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente passou, imediatamente, à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação do Plenário, **EM TURNO ÚNICO:** **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 66, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a ratificação da primeira alteração do protocolo de intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES – PCJ e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Emenda Modificativa de autoria da Comissão de Justiça e Redação. Para comentar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, Presidente da Comissão de Justiça e Redação, explicando que a emenda aposta à matéria tratava apenas de uma correção de número de lei, que fora citada, no processo; (submetido à votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, Turno Único, o Projeto de Lei nº 66/2017, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2017, de autoria do Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Senhora Luciana Makssur Ajub”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado à votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2017, do vereador Samuel Nogueira Cavalcante); (à Presidência para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”, IV, “g” do Regimento Interno); **EM SEGUNDO TURNO:** **“ex-vi” do disposto no inciso 1º do artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 18, de 2017, de autoria da Vereadora Sonia Regina Rodrigues e outros, “dispondo sobre a proibição da soltura e manuseio de fogos de artifícios e artefatos pirotécnicos, que causam estampido, no Município de Mogi Mirim, e dando outras providências; (posto à votos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, em Segundo Turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 18/2017, da Vereadora Sônia Regina Rodrigues); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**" e, conforme § 2º, do Artigo 117, do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Imediatamente, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, solicitando a todos os vereadores que declinassem do uso da palavra, haja vista o adiantado da hora, o que foi submetido à votação, pelo senhor Presidente, e rejeitado, pelo plenário, por nove (09) votos favoráveis a oito (08) votos contrários; (o presidente exerceu o direito de voto, conforme reza o Artigo 20, III, do Regimento Interno). Como os primeiros inscritos, Vereadores Cristiano Gaioto e Geraldo Vicente Bertanha, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. O vereador mencionou a reunião, que ocorrera entre vereadores e o Presidente do SAAE, Rodrigo Sernaglia, e sobre uma pergunta, que ele não tivera oportunidade de formular, durante a reunião, referente à dívida do SAAE, sendo que, um/terço dela, era oriundo da última gestão Carlos Nelson Bueno, e dois/terços, oriundos da administração Gustavo Stupp, totalizando, assim, quinze milhões de reais. O vereador desejava saber se houvera execução fiscal do valor, porque, em cinco anos, tal valor prescreveria, e, se o município poderia fazer negociação com o REFIS do SAAE, logo, eram estas as sugestões que o vereador desejava registrar. Depois, falou sobre a questão dos ambulantes, acreditando que ocorrera um possível erro, por parte do Poder Executivo, haja vista que a alteração deveria ter sido feita, através de lei, e tinha sido feita, por decreto, e recordou que, tanto o prefeito Carlos Nelson Bueno, quanto o prefeito Gustavo Stupp tinham remetido à Câmara, projetos referentes à questão dos ambulantes, que existira pressão, no plenário, e que tais matérias haviam sido retiradas do trâmite. Aclarou que o Código Tributário já tinha dispositivo regulamentando a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

questão dos ambulantes, que existira a tentativa de mudar esta lei, logo, o vereador insistia em pontuar, que a alteração não poderia ter sido feita por decreto, mas através de lei, que teria que ter sido discutida, em plenário. Para finalizar, comentou requerimento que apresentara, solicitando ao prefeito a possibilidade da reabertura do Zoológico Municipal, no período das férias escolares, que se aproximavam, e sugeriu um trabalho conjunto, com os dois grupos de escoteiros, da cidade, levando-se em consideração que os alunos desfrutavam férias, precisavam de um lugar de lazer e os escoteiros poderiam monitorar atividades, por duas semanas. Fazia o apelo ao prefeito, para que se sensibilizasse e autorizasse a abertura do zoo, para as duas últimas semanas do mês de julho. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi, que convidou a todos para a próxima reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, agendada para o dia 4 vindouro, às 19 horas, nas Chácaras Sol Nascente. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. De início, o vereador concordou com a fala de seu antecessor, sobre a necessidade de projeto de lei para alteração da situação dos ambulantes e mencionou a restrição da atuação dos ambulantes, na área central, disse que, na realidade, tinha faltado diálogo entre as partes, e incentivou a classe a se mobilizar, para alcançar seus objetivos. Depois, falou sobre a fiscalização do uso da linha de cerol, no município, o grande perigo que ela causava aos motociclistas, explicando que a “linha chilena” chegava a cortar capacetes. Relatou que ele já apresentara proposições, havia, inclusive, lei, proibindo o cerol, no município, e havia aplicação de multas, mas o problema residia na falta de fiscalização e o vereador perguntou, então, se a administração estava esperando alguém morrer, para intensificar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fiscalização, nos locais, onde tal linha era comercializada, locais que “vendiam a morte”. Abordou as condições do Parque das Laranjeiras, onde a máquina da prefeitura estava sendo passada, para recuperação das ruas de terra, mas observou que, ao passarem as máquinas, os canos estouravam, e sugeriu ao Presidente do SAAE, Rodrigo Sernaglia, que trabalhasse, em parceria, com o Departamento de Obras, para evitar, desta forma, o desperdício de água, cujo custo sempre seria repassado ao morador contribuinte. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco, que denunciou a falta de obstetras na UBS do Jardim Maria Beatriz. Explicou que as gestantes, em início da gravidez, passavam pelo médico, uma vez, por mês, que, a partir do penúltimo mês, a gestante devia comparecer no obstetra, uma vez, por semana, e que, a falta de médico se dava, pela falta de pagamento das horas extras do profissional. Perguntou, que culpa tinha a gestante, para ser ela a mais prejudicada? Disse que os eleitos, ao assumirem a gestão dos Poderes, o mínimo que podiam fazer era honrar a população; que as gestantes, sem o profissional médico, poderiam correr risco na saúde, bem como o feto, que alguns procedimentos não poderiam ser executados, pelos técnicos em enfermagem, mas apenas por enfermeiros, procedimentos, tais como, a inserção da sonda nasogástrica, ou sonda de demora, até mesmo “pegar” uma veia jugular, e que, na UBS do Jardim Maria Beatriz havia enfermeira apenas duas vezes, por semana. Pediu que os gestores colocassem “a mão na consciência” e resolvessem o problema dos postinhos de saúde, na cidade. Para concluir, versou sobre a Santa Casa, sobre as várias reclamações da população, sobre a falta de lençóis e pediu ao Vereador Geraldo Bertanha, o Gebê, que iniciasse uma campanha, em seu programa de rádio, estimulando a doação de lençóis à Santa Casa. Relatou um caso de um paciente, internado há quarenta e cinco dias, alimentado por sonda, falou das técnicas em enfermagem, que estavam recebendo os salários, de forma parcelada, muitas entrando em depressão, pela situação da falta de dinheiro e das contas, que se acumulavam, mas afirmou que, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

momento algum, elas reclamavam da situação, na frente dos pacientes. Disse, por fim, que eram as técnicas em enfermagem que “carregavam o piano”, que parcelar o salário dessas profissionais era covardia e desrespeito, pois o material de trabalho era a vida humana e as pessoas precisavam estar com a “cabeça boa”, para desempenharem suas funções, levando em conta ainda, que tais profissionais trabalhavam felizes, honrando a profissão que tinham escolhido. Como os próximos oradores, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Moacir Genuario, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele colocou que uma pessoa, com um mínimo de decência, caráter e honestidade jamais poderia rir do trabalho de uma Câmara Municipal, por exemplo, ou do trabalho, que o juiz Sérgio Moro estava fazendo, no Brasil, pois era coisa que pouquíssimas pessoas tinham tido coragem de fazer, ou seja, falar a verdade e serem eficazes, e se reportou ainda, à desaprovação das contas do ex-prefeito Gustavo Stupp, que estava inelegível, a partir da data, por oito anos. O vereador frisou, que oito anos eram muito pouco tempo, diante dos descabros cometidos pelo ex-prefeito, na cidade. Falou que as pessoas, que cometiam crimes, tinham que pagar pelos seus atos; que os próximos candidatos a prefeitos de Mogi Mirim deveriam ser pessoas com honra e dignidade; que a Câmara deveria investigar e fiscalizar, assim como ele fizera, passara uma semana “dentro do SAAE”, investigando “empenho, por empenho” na autarquia; que ele tinha certeza absoluta que, se uma auditoria fosse feita, na contabilidade de Mogi Mirim, seriam encontradas dezenas de notas fraudulentas, que a rejeição ao parecer do Tribunal de Contas - TC vinha contra as intenções da organização criminosa, que estava instalada, em Mogi Mirim, e que, tal organização permanecia. Assim sendo ele denunciou que estava sendo vigiado, por um carro, e esperava que a Polícia desbravasse a quadrilha que tinha roubado Mogi Mirim. Mencionou, por fim, que a ex-vereadora Márcia Róttoli, que durante anos tinha feito denúncia do prefeito Carlos Nelson Bueno, por causa da merenda, tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido Secretária de Educação, no governo Gustavo Stupp, e que ela nada fizera, para melhorar a educação e a merenda, numa total falta de caráter e de moralidade. Como o próximo orador inscrito, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela registrou a indicação do Vereador Alexandre Cintra, sobre a Arena Multiuso e explicou que, em fevereiro do corrente ano, ela tinha apresentado o Requerimento nº 37/2017, sugerindo a utilização do prédio do antigo posto de saúde, localizado na Avenida Santo Antônio, para finalidades culturais, pois, justamente, ela também entendia que Mogi Mirim necessitava de uma arena, fosse para o esporte, ou cultura, ou educação etc. Falou que o prefeito lhe respondera, sobre o assunto, assinalando, positivamente, e que, a indicação do vereador vinha somar esforços. Versou ainda, sobre indicação do Vereador Gérson Rossi, que sugeria utilização de material da Intervias, narrando que também ela apresentara sugestão semelhante, tendo recebido resposta do Prefeito, de que haveria mais material fresado, para retirada, junto à concessionária, no mês de agosto, e lembrou que o Parque das Laranjeiras ainda tinha muitas ruas, as quais precisavam de reparos. Sobre o Parque das Laranjeiras, disse que aguardava, então, a chegada de mais material fresado, e que confirmava a fala do Vereador Luís Roberto, sobre a ruptura de canos e o desperdício de água, e endossou a sugestão que o vereador fizera, de um trabalho, em parceria, entre o SAAE e a Secretaria de Obras. Comentou ainda, sobre o Domingo do Samba, evento realizado no Teatro de Arena, dizendo ter sido muito apreciado pelos mogimirianos, bem como mencionou evento de Vôlei de Praia, que reunira cinco cidades, ambos eventos de excelência, na opinião da nobre edil. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele versou sobre o fechamento da Unidade de Atendimento Não Agendado – UANA, na Santa Casa, e a centralização de todos os serviços na UPA 24 horas, localizada na zona leste, a ser inaugurada, em breve. Citou matéria jornalística, produzida pela EPTV Campinas, na rede pública de Mogi Mirim, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha mostrado uma situação lastimável, envolvendo um idoso e sua cuidadora, que chorava, pedindo providências. Disse que não poderia ficar calado, frente a uma situação como esta; que a Santa Casa era simples prestadora de serviços; que a decisão do fechamento da UANA fora tomada pela administração municipal; que a Santa Casa não tinha como discordar da decisão do Prefeito, de lhe retirar a receita da UANA e de a passar a UPA 24 horas, pois era ato do prefeito municipal, exclusivo da sua política pública de saúde; que o Vereador Marcos Gaúcho o convidara, para visitar o pátio das ambulâncias, e ele constatara dez ambulâncias sucateadas, que aguardavam conserto, e ele havia presenciado uma realidade, que ele não conhecia, que sua preocupação era saber como se daria o transporte dos usuários, dos bairros de origem, para a zona leste, para atendimento na UPA, e que, numa pesquisa feita, na Internet, quinhentos internautas tinham sido contrários à retirada do pronto atendimento do centro da cidade, sem contar abaixo-assinado, que fora encabeçado pelo Vereador Samuel Cavalcante, logo, cerca de mil cidadãos eram contra o fechamento da UANA e o vereador perguntou, então, se esses cidadãos não deveriam ter voz, na Câmara. Falou também sobre o decreto do prefeito, que tinha limitado a ação dos ambulantes, em Mogi Mirim, registrando que o decreto poderia ser ilegal, passivo de ser derrubado, via judicial, pois a lei, que tinha sido utilizada, como base, para o decreto, não especificava que deveria ser limitada, por decreto, logo, concordava com a fala do Vereador Gérson, de que o assunto deveria ter passado pela Câmara, em forma de projeto de lei, e não por decreto. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele explicou à Vereadora Sônia, que o projeto que ele defendia reativar, era lei, de 2011, chamava-se Arena Multiuso, para ser implantado, em área, na zona sul, Bairro da Saúde, que tal lei tinha sido promessa de campanha de Flávia Rossi, e que, ele pretendia trabalhar, em conjunto, com Flavia Rossi, atual Secretária de Educação do Município, para implantar a arena, pois a cultura precisava “de união de esforços”. Informou que a Secretaria de Agricultura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

teria novo gestor, o senhor Fábio de Jesus Mota, a ser nomeado, brevemente. Abordou assunto do convênio, a ser instituído entre a Prefeitura e o Centro de Ressocialização, para utilização de mão de obra nos serviços de limpeza, objetivando reduzir custos para a prefeitura. Disse que alguns pontos careciam de melhor estudo, mas alertou que muitas pessoas tinham prestado concurso e o tinham procurado, insatisfeitas, sentindo-se desmotivadas, ao saberem que não seriam chamadas para trabalhar. Aclarou, que não estava opinando, em detrimento ao detento, que merecia a oportunidade da ressocialização, mas pensava no trabalhador, que tinha prestado o concurso e aguardava a oportunidade de colocação, no mercado. Questionou a duração do convênio, se meses, se anos, se haveria licitação, para contratação de tais serviços e questionou se o contrato poderia se estender a outros postos de trabalho, como a área da mecânica, por exemplo. Pediu por mais esclarecimentos sobre o assunto e implorou fosse feita a contratação dos GCM, que tinham sido aprovados em concurso, de 2016, homologado este, em 2017. Verbalizou sobre os inúmeros assaltos, roubos, que eram feitos à luz do dia, e afirmou que a população clamava, por dignidade e paz. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador André Albejante Mazon. O vereador falou sobre o mesmo assunto dos cidadãos, que tinham prestado concurso e agora seriam substituídos, pelos ressocializados do CR. Relatou ter sido procurado, pelos funcionários da Consturban, a concessionária dos serviços de limpeza, funcionários que estavam indignados, porque seriam substituídos, por presidiários. Destacou que ele tinha estudado o tema e lido a Mensagem nº 49/2017, oriunda do Poder Executivo, cujo texto mencionava algumas mentiras, na opinião do edil, tais como, cidades que vinham executando, com sucesso, tal medida, cidades, tais como, Lins, São Carlos e Campinas; que ele acionara vereadores, de seu partido, o PTB, em São Carlos e Campinas, e soubera, então, que o projeto era nefasto, explicando que, em São Carlos, após celebração o convênio, em três meses de contrato, dez ressocializados tinham



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fugido, que os casos de furto e roubos tinham passado a serem diários e também, que o roubo a residências, com violência, tinha aumentado, sendo que os objetos roubados, tinham sido encontrados dentro de um caminhão de lixo, da frota municipal, e perguntou, se era isso o que desejavam para Mogi Mirim. Disse que, em Campinas, a situação fora pior, pois chegara a um homicídio. Lembrou que sua monografia, na Faculdade de Direito, justamente, tinha sido sobre a importância do labor, para a ressocialização do detento, mas o problema reside, em como o detento iria trabalhar, nunca, na rua, tendo acesso a todas as residências e sem fiscalização, sendo, portanto, grande a facilidade de fuga e reincidência. Mais do que defender o trabalho dos cidadãos havia a questão da segurança dos munícipes, disse, pois os ressocializados estariam trabalhando, em contato direto, com a população, em parques, nas ruas, observando casas, crianças, escolas, medida perigosa, que deveria ser bem estudada. O último orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que mencionou o novo programa de rádio Em Discussão – A Visão da Notícia na Voz de Quem Entende, veiculado na 87,7 FM Rádio Visão, observando que o programa seria mais uma ferramenta, para a informação, com estreia prevista, para a próxima quarta-feira, comandado pelos jornalistas Paulo Renato Lili, Vivian Cardoso, Flávio Magalhães, Fernando Surur e Ana Paula Meneghetti, e lhes desejou sucesso. Sobre o Horto Florestal, que estava fechando à visitação, o vereador perguntou, quem estava alimentando os animais e, ato contínuo, concordou com a sugestão do Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, sobre a reabertura do Zoológico, pelo menos, nas últimas semanas de férias escolares, sob monitoramento dos grupos de escoteiros da cidade. O vereador comentou que a ideia era excelente. Parabenizou o Secretário de Cultura, Marcos Antônio Dias dos Santos, pela iniciativa do Domingo do Samba, que tinha sido realizado no Teatro de Arena, provando o secretário, que mesmo com poucos recursos, era possível fazer muito pela cultura popular e sublinhou sua bandeira, pela revitalização do Complexo Lavapés, objetivando a propagação do lazer e dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

programas, em família. Sobre o fechamento da UANA, frisou ser contra, e mencionou projeto, para futura ampliação da hemodiálise, na Santa Casa. Disse que o ideal seria a cidade ter a UPA, na zona leste, e a UANA, na zona central, ministrando o pronto atendimento. Finalizando, a respeito da questão de convênio do município, com o Centro de ressocialização – CR, para utilização de ressocializados, na limpeza da cidade, o vereador afirmou que o assunto deveria ser muito bem estudado, que a decisão teria que ser muito bem embasada, porque o assunto era complicado. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 23h55, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM